

O AGRONEGÓCIO E O ESTADO DO TOCANTINS: O ATUAL ESTÁGIO DE CONSOLIDAÇÃO

Prof. Msc. Antenor Roberto Pedroso da Silva
Mestre em Agronegócios pela UFG, Prof. da ETF - Palmas
beto@etfto.gov.br

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida
Professora do IESA - UFG
galmeida@iesa.ufg.br

RESUMO

Explorar o meio rural é uma atividade histórica no Brasil. Desde a chegada dos portugueses, o país viveu sua economia baseada na agricultura. Para estes, explorar o meio rural do Brasil era mais que uma opção econômica, era uma necessidade, devido ao fato da pequena extensão de terra do seu país. Com isso, a produção de alimentos e especiarias para a Coroa dependia das terras de sua colônia. Diante disso, desenvolveu-se uma agricultura voltada para a exportação e, juntamente com essa, a monocultura produzida em grandes extensões de terra. Pode-se dizer que essa política continua até hoje, como no caso da produção de soja, milho e algodão e outros. Esse histórico, aliado às condições climáticas e de solo favoráveis, tornou o Brasil um país com grande potencial agrícola, o que nos alçou a uma posição de destaque no agronegócio mundial. O propósito desse trabalho é o de mostrar o atual estágio de evolução do agronegócio no estado do Tocantins, mostrando os passos que devem ser dados para que esta atividade se consolide no local e seja uma importante fonte de renda e emprego para os moradores.

Palavras-chave: Agronegócio, Tocantins, economia, desenvolvimento.

AGRIBUSINESS AND TOCANTINS: THE CURRENT PERIOD OF TRAINING OF CONSOLIDATION

ABSTRACT

To explore the way agricultural is a historical activity in Brazil. Since the arrival of the Portuguese, the country lived its economy based on agriculture. For these, to explore the way agricultural it Brazil was more than a economic option, was a necessity, due to the fact of the small extension of land of its country. With this, the food production and spices for the Crown depended on lands of its colony. Ahead of this, an agriculture directed toward the exportation was developed and, together with this, the monoculture produced in great extensions of land. It can be said that this politics continues until today, as in the case of the production of soy, maize and cotton and others. This description, ally to favorable the climatic conditions and of ground, became Brazil a country with great agricultural potential, what in it put them to a position of prominence in the world-wide agribusiness. The intention of this work is to show the current period of training of evolution of the agribusiness in the Tocantins, showing the steps that must be given so that this activity if it consolidates in the place and either an important source of income and job for the inhabitants.

Key Words: Agribusiness, Tocantins, economy, development.

INTRODUÇÃO

O agronegócio não é uma atividade nova. Em 1957, os pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, definiram *agribusiness* como sendo

Recebido em 29/11/2006
Aprovado para publicação em 11/04/2007

a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles (apud BATALHA e LAGO DA SILVA, 2001, p. 27)

Pela definição dos pesquisadores, entende-se o agronegócio como sendo o conjunto de operações, produtos e serviços produzidos no meio rural, indo desde o produtor de insumos para a plantação e criação até a distribuição dos produtos acabados para o consumidor final desses produtos ou serviços.

Davis e Goldberg constataram, nos anos 1950, a nítida relação entre as atividades rurais e as demais atividades ligadas a elas. Usando conceitos da teoria econômica sobre cadeias integradas, eles construíram uma metodologia para o estudo da cadeia agroalimentar e batizaram sua nova visão com o termo *Agribusiness*.

Desde então, a produção rural passou a ser encarada como elemento de um processo que contempla atividades antes da porteira (produção de insumos como adubos, rações e sementes), dentro da porteira (produção de animais e lavouras, extração vegetal, entre outros) e depois da porteira (processamento agroindustrial, consumo final dos produtos, entre outros).

No mesmo período, na França, os economistas industriais faziam um estudo complementar ao diagnosticado por Davis e Goldberg. Deste estudo originou-se o conceito de *analyse de filières*, que nas palavras de Morvan (1985)

é uma seqüência de operações que conduzem à produção de bens. Sua articulação é amplamente influenciada pela fronteira de possibilidades ditadas pela tecnologia e é definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização dos seus lucros. (1985, p. 207)

Pela definição, percebe-se que Morvan complementa o que Davis e Goldberg concluíram, mostrando que no agronegócio existe um encadeamento dos processos, sendo estes os responsáveis pela grande eficiência desse modelo de negócio no setor agrícola. Conforme essas definições, o agronegócio deixou de ser apenas um simples negócio que é feito no meio rural entre produtor e comprador e para ser visto como uma cadeia de produção de bens, produtos e serviços.

A complexidade de segmentos do mercado traz necessidades para uma grande diversidade de produtos. É o caso das Cooperativas Agrícolas que possuem atuação em diversos segmentos como produção agrícola, armazenagem, beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Quando focalizado em um determinado produto e compreendendo uma determinada localização geográfica receberá a denominação, segundo Zylbersztajn (2000), de Sistema Agroalimentar ou, segundo Batalha e Lago da Silva (2001), de Cadeia Agroindustrial.

Pode-se, então, definir o agronegócio como um sistema integrado: uma cadeia de negócios, pesquisa, estudos, ciência, tecnologia, etc., desde a origem vegetal/animal até produtos finais com valor agregado, no setor de alimentos, fibras, energia, têxtil, bebidas, couro e outros, englobando também as atividades de prestação de serviços no meio rural.

No Brasil, o Ministério da Agricultura, através de seu *site*¹, informa que o agronegócio, no ano de 2003, foi responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. Estima-se que o PIB do setor chegue a US\$ 180,2 bilhões em 2004, contra US\$ 165,5 bilhões alcançados em 2003.

Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano. No ano de 2004, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões, segundo os dados do ministério.

Com esses números expressivos e estrutura montada para esses negócios, Stefanelo (2002) acredita que o agronegócio no Brasil está em evolução, quando diz que

consolida-se a visão do desenvolvimento sustentável da produção de

alimentos, fibras, energia e de produtos da flora e fauna, e da multifuncionalidade do setor primário, mediante a agregação das atividades de lazer, turismo rural e preservação ambiental. (2002, p. 12-13)

Voltando ao *agribusiness*, conforme observado em Araújo (2003), o termo atravessou praticamente toda a década de 1980 sem tradução para o português. Ele foi adotado de forma generalizada, inclusive por alguns jornais, que mais tarde trocaram o nome dos cadernos agropecuários para *agribusiness*, que era o termo mais usado na época para definir os negócios do setor agrícola.

De acordo com o mesmo, somente a partir da segunda metade da década de 1990, o termo agronegócios começa a ser aceito e adotado nos livros-texto e nos jornais, culminando com a criação dos cursos superiores de agronegócios, em nível de graduação universitária.

Em outra oportunidade, conforme Megido e Xavier (1998, p. 35), John Davis e Ray Goldberg “constatarem que as atividades rurais e aquelas ligadas a elas não poderiam viver isoladas”. Para eles, atividades como produção de insumos, plantação, colheita e comercialização não podem mais ser encaradas como fatos isolados.

Pela noção de cadeias, apresentada anteriormente com Morvan (1985), essas atividades formam um conjunto de relações, que não se pode mais ser dissociado. Além de empresas e produtores, participam também nesse complexo, os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços.

Reforça-se, então, que o agronegócio incorpora em seu conceito os agentes que imprimem uma dinâmica a cada elo da cadeia que sai do mercado de insumos e fatores de produção (antes da porteira), passa pela unidade agrícola produtiva (dentro da porteira) e vai até o processamento, marketing, transformação e distribuição (depois da porteira).

Repetindo, o termo agronegócio engloba toda a atividade econômica envolvida com a produção, estocagem, transformação, distribuição e comercialização de alimentos, fibras industriais, biomassa, fertilizantes e defensivos, além de incorporar as atividades de prestação de serviços que ocorrem no meio rural. Importante frisar o foco na gestão, fator fundamental para o sucesso e desenvolvimento desse negócio.

Nota-se que os produtores não se isolam do restante do mercado. A cada dia que passa, os setores à montante e à jusante do processo produtivo estão mais ligados ao processo em si, ficando difícil estabelecer um limite entre eles.

Então, o meio rural, que antigamente era apenas para cultivos e considerado como uma atividade do setor primário, perde essa característica, deixando de ser apenas rural. Graziano da Silva (1999) chega a ser drástico quando analisa essa condição colocando que está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um contínuo do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (1999, p. 9).

É interessante notar que, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre os anos de 1940 a 1960 a maioria da população brasileira vivia no meio rural. Após a industrialização do país e a corrida pelo emprego nas cidades, aliado à mecanização da agricultura, teve uma queda da população rural, que hoje se encontra no nível mais baixo.

A POSIÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO TOCANTINS

O Tocantins é o Estado mais novo do país. Sua lei de criação foi promulgada em 5 de outubro de 1988, pelo Congresso Nacional, juntamente com a Constituição do país. Ele nasceu do ideário de um grupo de idealizadores que, desde a Década de 1960, lutava pela emancipação da região conhecida por Norte Goiano. O novo Estado nasceu a partir da promulgação da Constituição

Brasileira em 1988. Com uma área de 277.297,8 km², sendo o 9º Estado brasileiro em área, ficando com 44 % do tamanho total que tinha o Estado de Goiás. Desde o ato da criação, ele foi incorporado à região Norte.

A população total do Tocantins cresceu 25 % entre os dois censos, passando de 919.863 pessoas em 1991 para 1.157.098 no censo de 2000. Duas razões podem explicar este crescimento populacional: uma pela migração, causada pelo advento do novo Estado e, até mesmo pela construção da nova capital, iniciada em 20 de março de 1989. Fazem parte desses imigrantes, além de pessoas que vieram para construir o novo Estado, agricultores vindos das regiões Sul e Sudeste atrás de terras mais baratas e férteis para suas culturas, principalmente o gado bovino e a soja. A outra é pelo alto crescimento vegetativo, segundo dados do IBGE (2000).

De acordo com os dados da SEAGRO (2004), o Tocantins tem como atividade econômica expressiva a criação de gado bovino de corte, seguida da produção de soja e arroz. No ano de 2004, existiam 6,7 milhões de hectares de pastagens, sendo hoje o nono Estado brasileiro em gado bovino. Pode-se destacar a presença das raças GIR, para corte e leite e nelore, para corte, que representam, aproximadamente, 86 % do rebanho total, que é de 7.659.743 cabeças.

Se for destacar o crescimento do rebanho bovino de 1991 até o ano de 2004, esta criação cresceu 17 % no período, provando ser a criação mais procurada no Estado. Atualmente, segundo a SEAGRO, o Tocantins já conta com projetos de confinamento para produção de carne com mais qualidade para a exportação, principalmente para a União Européia e Estados Unidos. Para facilitar a aplicação das políticas públicas na agricultura, o atual governo estadual estabeleceu um projeto dividindo o Estado em Pólos de Desenvolvimento Agrário.

Segundo informações da SEAGRO, a divisão dos pólos foi definida em função da distância física em relação ao município-sede do pólo, da vocação agropecuária, da similaridade de topografia e de relevo e da projeção de crescimento econômico. Isto foi feito porque algumas regiões apresentam-se com cadeias produtivas em fases diferenciadas de consolidação.

O objetivo deste projeto, para a SEAGRO, é o de melhorar a produção e a produtividade do setor e criar oportunidades para a ampliação de investimentos, estimular a entrada de novos investidores e atrair indústrias para a região, reforçando o agronegócio do Estado. Nesses espaços geográficos, segundo o Secretário Estadual da Agricultura², senhor Roberto Jorge Sahium, *“os produtores encontrarão facilidades para a aquisição de insumos, assistência técnica e mecânica, armazenagem, estradas conservadas, comunicação energia elétrica, bem como lideranças empresariais e um forte sentimento cooperativista”*. Para facilitar a consecução do projeto, o Tocantins foi dividido em 15 pólos, conforme demonstrado no Quadro 1.

Segundo o Secretário da Agricultura Roberto Sahium, a configuração geográfica da região central é a ideal para a agricultura. *“Terras planas e latossolo, ou seja, terra vermelha, sem cascalho, isto é bom para a produção de grãos e isto explicaria a força da soja na região”*, colocou o secretário, que aposta na produção do grão com números crescentes por muitos anos. *“A soja vai ser a rainha da agricultura por muitos anos, ou até o homem descobrir algo que tenha mais óleo e proteína que ela”*.

O que se percebe nas políticas públicas locais, e na visão dos produtores rurais, principalmente os produtores familiares, é o predomínio da sojicultura como a principal atividade econômica no meio rural do Estado, principalmente nas regiões que abrangem os municípios de Paraíso, Novo Acordo, Palmas, Pedro Afonso e Guaraí. Já na Região Norte, os proprietários apostam mais na criação de gado de corte.

Nestas duas últimas regiões (Pedro Afonso e Guaraí) está concentrada a maioria da produção de grãos do Estado, notadamente de soja, grande vedete das exportações tocantinenses. Os últimos dados referentes à exportação do Estado, fornecidos pela SEPLAN (2004), colocam o grão como o principal produto da pauta, representando 88,79% do total exportado, principalmente para países europeus. Com relação ao que se produz no Tocantins, podemos destacar a soja, o milho, o arroz, a fruticultura, o rebanho bovino e a piscicultura.

Quadro 1

Caracterização dos pólos de desenvolvimento do Estado do Tocantins

POLO	MUNICÍPIO PRINCIPAL	POTENCIALIDADE
I	Araguaína	Rebanho bovino (atualmente com 650 mil cabeças) e soja, na região de Darcinópolis.
II	Barra do Ouro	Produção de grãos, como soja, milho e sorgo. Alguns produtores possuem pecuária de corte.
III	Campos Lindos	Soja e milho
IV	Pedro Afonso	O mais desenvolvido do Estado, na questão agrícola. Conta com investimentos do Governo do Japão, através do PRODECER III: culturas de soja, milho, arroz e algodão. Para a agricultura familiar estão sendo criado um pólo de fruticultura, com instalação de processadoras de frutas.
V	Guaraí	Cultura de grãos, gado de corte e safrinha, com milho e sorgo. Por se estender ao longo da BR 153, destaca-se, também, a logística.
VI	Caseara	Arroz, sorgo e milho. Apresenta algum destaque em criação de gado de corte e exploração turística do Rio Araguaia.
VII	Centenário	Não possui agricultura comercial, porém existem projetos para o desenvolvimento de grandes culturas, como soja, arroz e milho.
VIII	Miracema do Tocantins	Fruticultura, principalmente com a produção de abacaxi por agricultores familiares e banana em Miranorte. Pecuária intensiva para corte, através de confinamento é outra potencialidade da região.
IX	Aparecido do Rio Negro	O pólo que engloba a capital, Palmas. Destacam-se a produção de milho, feijão, soja, algodão, hortigranjeiros e frutas.
X	Porto Nacional	Fruticultura de exportação, com destaque para uvas, soja e gado bovino. Destaca-se, também, a logística, com a construção de um porto de embarque no município.
XI	Chapada das Mangabeiras	Maior região produtora de soja do Estado e exploração do turismo, na região do Jalapão ³ .
XII	Lagoa da Confusão	Produção de arroz, feijão e soja irrigada. Destaca-se, também, a produção de borracha.
XIII	Formoso do Araguaia	Apresenta a maior área irrigada contínua do mundo. Destacam-se, em ordem, a produção de melancia, gado bovino de corte, arroz e feijão, em lavouras irrigadas.
XIV	Santa Rosa do Tocantins	Soja, milho e arroz
XV	Gurupi	Criação de gado bovino para corte e leite e soja. É o pólo com melhor infra-estrutura de comércio.

A soja foi uma cultura que evoluiu muito, principalmente no final dos anos de 1990 e início de século XXI. Esse crescimento acentua-se quando as terras nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil começam a ficar mais caras, sem contar com o aumento do custo de produção. Com isso, os agricultores vindo dessa região procuram terras no Estado para essa cultura, pois o preço da terra ainda está bem acessível, se for comparado com as regiões anteriormente citadas.

Percebe-se, também, que a produtividade média do Estado aumenta conforme passa o tempo. Em 1993, a produtividade média era de 27 sacas de 60 kg por hectare colhido, um nível considerado baixo para os padrões de hoje, quando a produtividade média é de 42 sacas de 60 kg por hectare colhido. Esse aumento de produtividade pode ter sido causado por novas técnicas de plantação trazidas pelos imigrantes, além de toda tecnologia de produção que também foi introduzida na lavoura.

Entretanto, apesar dessa produção, o Tocantins ainda não conta com nenhuma indústria esmagadora de soja. Existe sim, por informações da SEAGRO, um projeto que seria implantado no Estado a partir de novembro de 2005, porém não se conseguiu a confirmação sobre o andamento da execução desse projeto, apenas que a empresa ainda está estudando a melhor localização para o seu empreendimento.

No caso da cultura do milho nota-se que a área plantada chegou a um patamar de evolução, vindo a cair depois, principalmente entre os anos de 1997 a 2000, motivada pela queda do preço dessa *commodity* no mercado internacional. Após essa queda, o preço do milho começa a recuperar sua força e, em 2004, chega ao mesmo patamar de área plantada em 1996, seu auge.

Com relação à produtividade, percebe-se que não houve grande mudança do ano de 1996, até o ano de 2004, sendo que a produtividade média de 1996 de 31 sacas de 60 kg de milho por hectare colhido e, em 2004, foi de 35 sacas de milho. Apesar de empregar mais tecnologia, os produtores de milho não conseguiram alcançar resultados expressivos como os produtores de soja.

Ao analisar a área plantada e a produção de arroz no Tocantins, nota-se que não há grandes mudanças no decorrer do tempo. Essa é uma cultura muito plantada no Estado desde 1993 devido aos projetos de irrigação e, principalmente, pelo fato de chover muito nos períodos de novembro a março e chover com regularidade na região leste, onde se localizam as maiores áreas produtoras de arroz.

Quando a análise é feita baseada na produtividade, percebe-se que o arroz teve um grande aumento na produtividade média no decorrer do tempo, passando de 29 sacas de 60 kg por hectare colhido para 45 sacas por hectare colhido, no ano de 2004, sendo a segunda maior produtividade do Brasil, perdendo apenas para o Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com os dados do IBGE (2005). A figura 1 mostra a evolução do rebanho de gado bovino no Estado, de 1991 até 2004.

Como se pode observar no gráfico, o rebanho bovino também teve um aumento considerável no período em análise, passando de quase 5 milhões de cabeças para quase 8 milhões de cabeças, num crescimento de mais de 50 %. Esse crescimento reflete a recuperação do preço da arroba do boi na região e à inauguração de frigoríficos, que alavancaram a demanda por cabeças de boi para abate.

Além dos frigoríficos, o Estado do Tocantins começa a investir no couro. Recentemente a SEAGRO organizou a fundação da Câmara Setorial da Carne e do Couro, para tentar regular o mercado de carnes no Estado, na tentativa de diminuir o abate clandestino (pelas informações da SEAGRO, apenas 3 frigoríficos possuem o SIF (Selo de Inspeção Federal) e 1 o SIE (Selo de Inspeção Estadual).

Outra proposta da Câmara Setorial é criar consciência no produtor e no frigorífico para melhor aproveitamento do couro. Este é descartado, até então, por ser de má qualidade, devido a marcações e vacinações em locais incorretos, ser muito machucado pelas cercas de arame farpado e pelo transporte em caminhões boiadeiros sem condições.

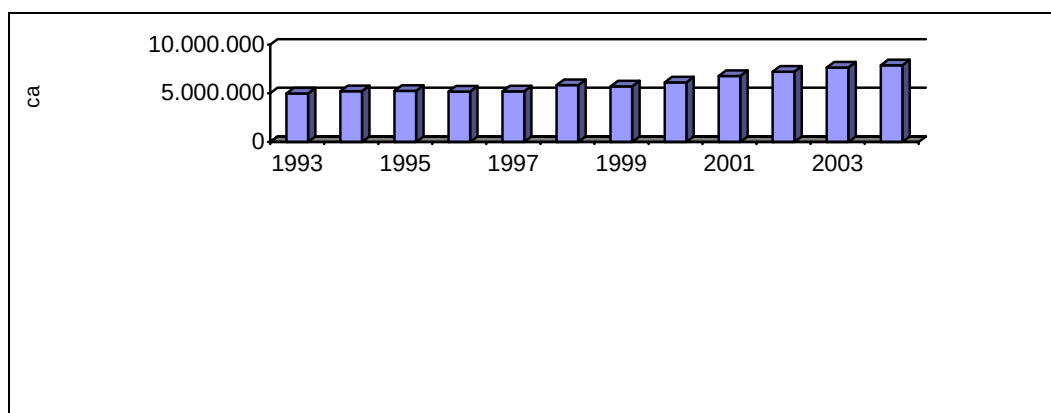


Figura 1 - evolução do rebanho de gado bovino no Estado do Tocantins (1993-2004)

Fonte: SEAGRO, 2005.

Org: PEDROSO DA SILVA, A. R, 2005

A Figura 2 mostra a evolução da produção de soja, arroz e milho e o gráfico 2.4 a evolução da área plantada por cada cultura, no período de 1993 até o ano de 2004.

Pela análise dos dois gráficos, percebe-se que as curvas de produção e áreas plantadas no Estado têm o mesmo formato, levando à conclusão que não existem, pelo menos na análise das três grandes culturas do Estado, a substituição de uma pela outra. Como não foi possível conseguir dados oficiais sobre a área ocupada pela criação de gado bovino no período, para se saber se houve diminuição das pastagens para a entrada de culturas, nada se pode afirmar sobre essa tendência da agricultura, principalmente em áreas de fronteiras.

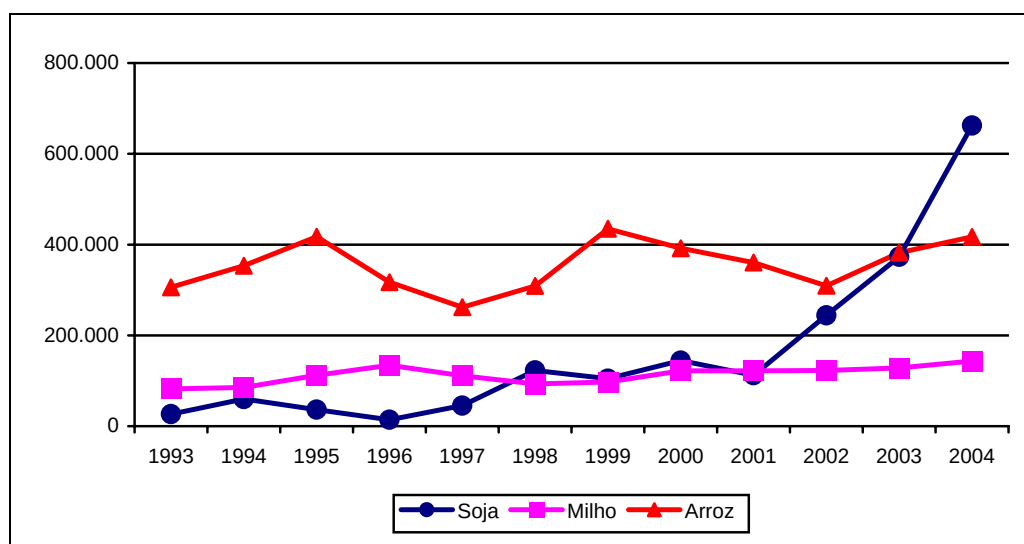


Figura 2 - Evolução da produção de soja, milho e arroz no Estado do Tocantins

Fonte: SEAGRO, 2005.

Org: PEDROSO DA SILVA, A. R, 2005

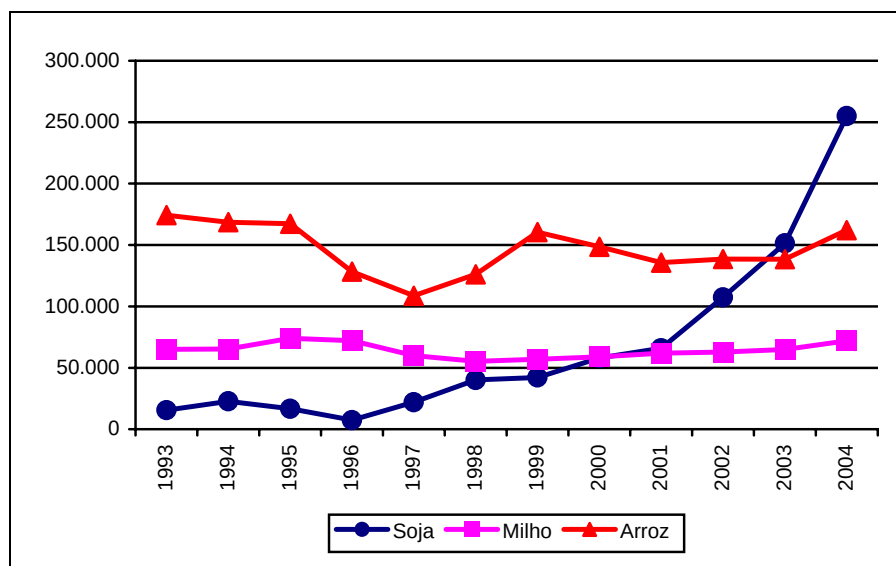


Figura 3 - Evolução da área plantada no Estado do Tocantins

Fonte: SEAGRO, 2005.

Org: PEDROSO DA SILVA, A. R, 2005

Entretanto, como o número efetivo de cabeças de gado vem aumentando gradativamente no período analisado, conforme se pode observar no figura 1, é pouco provável que tenhamos a substituição do gado bovino pelas culturas. Com isso, pode-se concluir que as culturas estão crescendo em novas áreas, predominantemente de cerrado, que não fazem parte das reservas ambientais do Estado, de acordo com informações recebidas na SEAGRO.

No tocante à agricultura familiar, a SEAGRO informou que existem projetos ligados à fruticultura, como o projeto São João, no município de Palmas, o projeto Manoel Alves, no sudeste do Estado e o projeto da Cadeia do Abacaxi, em Miracema e Barrolândia. Além destes, existem também projetos ligados à cultura de mandioca, de arroz, à produção de leite, de ovos, de criação de galinha caipira e de outros produtos hortícolas, principalmente na região de Palmas.

A tabela 1 mostra que o Estado tem na melancia, na mandioca e na banana os principais cultivos de frutas e raízes, sendo que apenas a melancia, oriunda da região de Formoso do Araguaia, é cultivada em grandes extensões de terra. As demais culturas, inclusive a da mandioca, são desenvolvidas por agricultores familiares do Estado. Esta tem como sua principal produtora a região do município de Palmas. Já a banana, como informado anteriormente, tem seu pólo principal de produção no município de Miranorte.

Além das áreas citadas anteriormente, o governo do Estado possui projetos de implantação de fruticultura. O quadro 2 mostra aos principais projetos em implantação no Estado.

Também há de se destacar a posição da piscicultura no Estado do Tocantins. A baixa amplitude térmica do clima é o principal fator que confere ao Estado as condições ideais para essa atividade, tornando possível a produção durante o ano todo. Segundo informações da SEAGRO, em âmbito nacional, a aquíicultura possui uma taxa anual de crescimento superior aos 10 %, enquanto no Tocantins a produção cresceu 60 vezes nos últimos dez anos. Atualmente, os números da SEAGRO apontam para uma produção de 900 toneladas/ano de pescado, em represas, lagos e tanques-rede.

Tabela 1

Área Plantada e produção de Frutas e Raízes no Estado do Tocantins (2003)

Cultura	Área Plantada (ha)	Produção (ton)
Abacaxi	3.163	60.588
Abóbora	545	9.583
Banana	6.121	36.187
Cana-de-açúcar	2.716	155.857
Côco-da-Bahia	412	5.554
Laranja	168	1.749
Mandioca	14.706	343.366
Manga	402	2.330
Maracujá	133	1.306
Melancia	6.009	301.470

Fonte: SEPLAN, 2004.

Org. PEDROSO DA SILVA, A. R, 2005.

Quadro 2

Principais projetos de Fruticultura em implantação no Estado do Tocantins

PROJETO	VOCAÇÃO	CARACTERÍSTICA	PERFIL
São João (Palmas)	Banana, coco, goiaba, manga e limão.	3.583 ha de área irrigada; 10.500 m de canal; microaspersão e gotejamento	227 lotes empresariais e 349 lotes de colonos ⁴ .
Gurita (Itapiratins)	Abacaxi, melão e maracujá.	184,5 ha de área irrigada (1ª fase); 6.892 m de canal; aspersão e microaspersão; 250 m de altitude.	11 lotes para colonos.
Sampaio (Sampaio, Carrasco Bonito e Augustinópolis)	Hortifrutigranjeiros, com destaque para abacaxi, mamão e banana.	19.500 ha de área irrigada; 42 km de canais; inundação, subirrigação, microaspersão e gotejamento.	34 lotes empresariais e 63 lotes para colonos.
Manoel Alves (Porto Alegre e Dianópolis)	Abacaxi, mamão, maracujá e banana.	5.241 ha de área irrigada; aspersão, microaspersão e gotejamento; 30 km de canal principal.	54 lotes empresariais e 292 lotes de colonos.

Fonte: SEAGRO, 2005.

Org: PEDROSO DA SILVA, A. R, 2005.

A intenção do projeto de piscicultura é ajudar o agricultor familiar e o assentado a ter uma

atividade rentável o ano todo. A atividade tem pequeno impacto ambiental, além de ajudar as populações ribeirinhas a continuar sobrevivendo da pesca, sem contudo diminuir a quantidade de peixes do rio, através da criação em tanques-rede.

Retomando o conceito de Davis e Goldberg (1957), apresentado anteriormente, vê-se o Estado num grande esforço para fazer parte do agronegócio. Com o aumento da produção e a melhoria na condição de distribuição dessa produção, a tendência é de que o Tocantins passe a ocupar uma posição de destaque nessa atividade, no cenário nacional.

Ao analisar esse cenário, tem-se que os projetos que o Governo Estadual desenvolve, através da SEAGRO, tendem a levar o Tocantins a essa posição de destaque. Cabe ressaltar que, não somente os investimentos em produção e transporte, levarão a essa posição. Serão necessários, também, investimentos na armazenagem, um setor ainda muito carente no Estado, e na industrialização.

No tocante à logística de transportes, o Estado do Tocantins está tentando viabilizar o projeto de integrar os transportes ferroviário, hidroviário, rodoviário e aéreo. Para isso, conta com o projeto da Plataforma Multimodal de Palmas, a chegada da Ferrovia Norte-Sul, uso da Hidrovia Araguaia-Tocantins, Aeroporto Internacional de Palmas e rodovias TO-050, que liga a cidade a Porto Nacional e BR-010 e TO-080, que liga o município a Paraíso do Tocantins e à BR-153.

Com essa estrutura de transporte, o Estado ganharia destaque no escoamento da produção, principalmente com a redução de custos. Segundo informações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, disponíveis em seu *site*⁵, o transporte hidroviário é o que possui o frete mais barato, seguido pelo ferroviário e pelo rodoviário. Como o frete faz parte do preço recebido pelo produtor na venda do seu produto, e o Estado possui sua estrutura de escoamento baseada em rodovias, o preço acaba ficando menos atraente que em outras localidades, que utilizam meios de transportes mais baratos.

Com a conclusão da estrutura de logística, o Estado contaria com uma pequena ligação rodoviária para o escoamento de sua safra, principalmente no caso de exportação, já que a estrutura montada levaria a produção para os Portos de Belém e Itaquí, em São Luiz, apenas por hidrovias e vias férreas, barateando o frete e melhorando o preço recebido pelo produtor.

Alem de todo esse aparato no desempenho agrícola e na produção, o Estado do Tocantins ainda possui projetos de investimento em Biodiesel, através do óleo de mamona, produção de álcool combustível e açúcar. Estes ainda, de acordo com a SEAGRO, estão em fase de desenvolvimento.

O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE PALMAS

Neste sub-item será estudado o município de Palmas, capital do Estado do Tocantins com seus 2 distritos: Buritirana e Taquarussú. Conforme dados do IBGE (2002), Palmas é o maior município do Estado em termos populacionais e em termos de geração de riqueza, com população de 137.355 habitantes, sendo que 134.179 residem na zona urbana e 3.176 residem na zona rural.

Palmas foi a última cidade planejada do Brasil no último século e inaugurada em 1º de janeiro de 1990. O município possui área de 2.219 km². A altitude média é de 260 m, seu clima é tropical, apresentando temperatura média de 26 °C, umidade relativa do ar média de 17 % e o índice pluviométrico médio é de 1500 mm, sendo que as chuvas são irregularmente distribuídas, tendo duas estações bem definidas: chuvas de outubro a março e seca de abril a setembro.

Em dados da SEPLAN-TO (2002), a atividade de maior arrecadação de ICMS no município é o comércio, seguido pela indústria. Na cidade de Palmas, o comércio e a prestação de serviços são as atividades que mais empregam, seguido pela indústria. Já quando se analisa a participação em conjunto com os 2 distritos, o comércio é o que mais emprega, sendo a indústria e a agropecuária a segunda e a terceira forma de emprego respectivamente.

Para o estudo da estrutura fundiária do município de Palmas, utilizar-se-á alguns dados referentes ao Censo Agropecuário de 1995/1996. Isso se deve porque em procura pelos dados em órgãos

oficiais (INCRA, IBGE, SEPLAN, SEAGRO, SAGRI e ITERTINS), não se teve acesso, devido a informação destes dados não estarem disponíveis ou não existirem. Já a economia será analisada de acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal⁶, que é medida pelo IBGE. Os dados utilizados são da safra 2003/2004. Também serão utilizados os dados disponibilizados pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins, do ano de 2003.

Antes de apresentar os dados, faz-se necessário retomar a discussão anteriormente feita acerca das definições de Graziano da Silva (1999) sobre os limites entre o urbano e o rural. Apesar de muito pouco perceptível, já se começa a notar que urbano e rural na região não encontram separação nítida: já se encontram comércios, chácaras de moradias e lazer e clubes na área delimitada como zona rural.

Assim como o discutido anteriormente, o município de Palmas começa a perder os contornos entre o urbano e o rural. Em pesquisa na SEAGRO, descobriu-se que todos os projetos de atração de agroindústrias para o município estão localizados na área delimitada como zona rural. Isso fará com que o rural se torne cada vez mais urbano, como nos mostra Graziano da Silva (1999). A análise da estrutura fundiária da região se inicia pelos aspectos da distribuição de terras, contidos na tabela 2.

Tabela 2

Número de Estabelecimentos e Área
Categorias Familiares, Comercial e Entidades Públicas em Palmas (2003)

Categorias	Estabelecimentos		Área Total	
	Número	%	Hectares	%
TOTAL	957	100,0	115.246	100,0
Familiar	616	64,3	41.813	36,3
Comercial	286	29,8	72.074	62,6
Entidades Públicas	55	5,9	1.358	1,1

Fonte: SEPLAN, 2004.

Org. PEDROSO DA SILVA, A. R, 2005.

A grande maioria das propriedades locais é enquadrada como familiar, com 64,3% do quantitativo total, enquanto as comerciais respondem por 29,8% e as propriedades pertencentes a entidades públicas correspondem a 5,9% das propriedades. Quando se analisa a área ocupada por cada grupo nota-se que, apesar de possuir o maior quantitativo de propriedades, o grupo familiar responde com apenas 36,3% da área total, ou seja, a 41.183 ha. de área. Já a agricultura comercial, com seus 23% de propriedades, conta com 62,6% da área total, sendo 72.074 há de área. As entidades públicas possuem 1,1% da área, correspondente a 1.358 há de área. Conforme analisado anteriormente, a relação entre quantidade de propriedades e área ocupada pelas propriedades locais segue a mesma configuração da nacional.

A análise dessa tabela mostra que a região é cercada por produtores comerciais, o que caracterizou a economia da região nesse período. O que se nota é poder existir uma diferença nessa realidade, dado que as informações mais recentes disponíveis são do ano de 2003. Entretanto, não se pode afirmar categoricamente que existe diferença, pois não se dispõe de dados oficiais para tal confirmação. A tabela 3 mostra a divisão de propriedades de acordo com a área ocupada.

Tabela 3

Número de Estabelecimentos por Estratos de Área
Categorias Familiares, Comercial e Entidades Públicas, em Palmas - TO (2003).

Categorias	Total	Menos de 5 ha		Entre 5 e 20 ha		Entre 20 e 50 ha		Entre 50 e 100 ha		Mais de 100 ha	
	Número	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
TOTAL	957	181	18,9	205	21,4	278	29,1	154	16,1	139	14,5
Familiar	616	167	27,2	157	25,4	173	28,1	77	12,5	42	6,8
Comercial	286	14	4,8	41	14,3	63	22,0	71	24,9	97	34,0
Entidades Públicas	55	0	0,0	7	12,7	42	76,3	6	11,0	0	0,0

Fonte: SEPLAN, 2004.

Org. PEDROSO DA SILVA, A. R, 2005.

De acordo com o Senhor Roberto Sahium⁷, secretario estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o módulo rural do município tem a mesma área do módulo fiscal, que corresponde a 80 ha. Com base na tabela acima, percebe-se que a maioria dos agricultores comerciais tem suas propriedades situadas na faixa entre 50 ha a mais de 100 ha. Este dado mostra a predominância de médias propriedades, além de algumas grandes extensões de terra, entre os agricultores comerciais. Já os agricultores familiares são minoria na mesma faixa. O que se nota é que mais da metade dos agricultores familiares tem suas propriedades de tamanho máximo de 20 ha. Com pouca área, é necessário adaptar culturas que tem maior rendimento em menor extensão de área, como fruticultura e horticultura, além da criação de pequenos animais. Uma alternativa é a incorporação de outras atividades geradoras de renda, como as não-agrícolas. Na tabela 4 será apresentada a renda gerada pela terra, de acordo com a área da propriedade.

Tabela 4

Renda por Estratos de Área (em R\$ 1000)
Categorias Familiares, Comercial e Entidades Públicas, Palmas -TO (2003)

Categorias	Total	Menos de 5 ha		Entre 5 e 20 ha		Entre 20 e 50 ha		Entre 50 e 100 ha		Mais de 100 ha	
			%		%		%		%		%
TOTAL	1.717	47	5,2	223	24,2	355	18,5	416	10,3	676	41,8
Familiar	753	34	4,5	142	18,9	147	19,5	149	19,8	281	37,3
Comercial	943	13	1,3	78	8,3	195	20,7	262	27,8	395	41,9
Entidades Públicas	21	0	0,0	3	14,2	13	62,0	5	23,8	0	0,0

Fonte: SEPLAN, 2004.

Org. PEDROSO DA SILVA, A. R, 2005.

Nessa tabela, pode-se notar que quanto maior a propriedade, maior é a renda gerada por ela. Em todas as classes apresentadas, encontra-se essa característica, que coincide com a nacional, de renda crescente de acordo com o tamanho da propriedade. Uma das consequências desse histórico é a proliferação de chácaras de moradia e recreio no local que deveria estar situado o Cinturão Verde. Com a baixa renda gerada por essas propriedades, aos poucos os pequenos

produtores do município estão vendendo suas terras e buscando oportunidades na cidade. Nas palavras do secretário municipal, “a baixa produtividade da terra e a falta de condições e dinheiro para o plantio desestimula os produtores, fazendo-os deixar a terra em busca de melhores oportunidades na cidade”.

Uma das tentativas de reverter esse quadro, segundo o Secretário Municipal Igor Avelino, está sendo a implantação dos projetos de Agricultura Urbana e a tentativa de revitalizar o projeto do Cinturão Verde de Palmas. Segundo ele, o objetivo é tentar promover o retorno das pessoas que migraram da zona rural para a cidade e tentar reduzir o alto índice de desemprego registrado em Palmas que, de acordo com o Núcleo de Gestão Pública Inovadora, vinculada à Universidade Federal do Tocantins, gira em torno de 22,22%, no mês de agosto de 2005. (UFT, 2005).

No entender do secretário municipal, este índice poderia ser menor se houvesse uma política de melhoras na condição do produtor, como melhor acesso a empréstimos, acesso a insumos e tecnologias e estímulo à plantação, para o abastecimento da cidade. Outro projeto é a compra de produtos, por parte da prefeitura, de agricultores familiares da cidade, atualmente em estudo pela prefeitura.

Outra constatação acerca da pouca renda gerada pelos agricultores familiares remonta ao discurso abordado anteriormente em Graziano da Silva (2001), quando este afirma que muitos produtores têm sua sobrevivência garantida através de transferências sociais. Na região é comum relacionar a produção com o recebimento de auxílios financeiros e alimentares pelas diversas esferas de governo. Nos debates empreendidos no município sobre a questão agrícola, são notórias discussões que, quanto maior o assistencialismo para as pessoas do meio rural, menor a disponibilidade para produzir e comercializar. A tabela 5 mostra a mão-de-obra empregada nas terras na região.

Tabela 5

Mão-de-Obra Empregada Categorias Familiar, Comercial e Entidades Públicas - Palmas - TO (2003)

Categorias	Número de Unidades de Trabalho		Número de Estabelecimentos	
	Familiar	Contratadas	Empregados Permanentes	Contrata Empreitada
TOTAL	1.284	383	182	61
Familiar	1.093	117	83	35
Comercial	127	257	89	24
Entidades Públicas	65	9	10	2

Fonte: SEPLAN, 2004.

Org. PEDROSO DA SILVA, A. R, 2005.

Ao analisar os dados da região, vê-se que a grande maioria da mão-de-obra empregada pelos proprietários é de origem familiar. Eles confirmam a idéia da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de que a fixação do homem no meio rural do município pode contribuir para a diminuição do número de desempregado na cidade. Outra análise que se pode fazer dos dados é que a maioria das propriedades emprega mão-de-obra permanente, mostrando que a melhoria das condições de vida no campo tende a levar a um aumento na geração de renda com atividades não-agrícolas conjugadas com atividades agrícolas. Estas podem fazer com que os habitantes do meio rural não precisem mais abandonar suas terras para morar na cidade. A tabela 6 mostra os cultivos que foram produzidos na região no ano de 2003.

Tabela 6

Área colhida, produção e rendimento médio de soja, milho feijão, arroz, abacaxi, mandioca, limão, cana-de-açúcar, banana e acerola no município de Palmas - TO (2003)

Produtos	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)
Soja de sequeiro	1.920	4.608	2.400
Arroz de sequeiro	500	1.000	2.000
Feijão de sequeiro	300	90	300
Abacaxi	140	3.080	22.000
Banana	140	1.008	7.200
Mandioca	140	2.100	15.000
Milho de sequeiro	30	54	1.800
Cana-de-açúcar	25	750	30.000
Acerola	12	12	1.000
Limão	6	43	7.167

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins – SEPLAN/DPI, 2004.
Org: PEDROSO DA SILVA, A. R, 2005.

Como se pode notar, a principal cultura do município, em área plantada e produção, é a soja, seguida do abacaxi, mandioca, banana e arroz. Como a região possui alguns grandes produtores se percebe que esses produtores têm como carro-chefe de sua produção a soja, tendência encontrada principalmente na Região Centro Oeste do Brasil. Desconhece-se se essa cultura apresenta rentabilidade na região, pois não existe processadora nem esmagadora de soja em um raio de 400 km da capital, sendo processada nos Estados de Goiás ou Bahia. Com isso, não se sabe se os custos de produção e transporte fazem compensar a produção, pelo preço pago na saca do produto nos estados acima citados. O que existe é apenas a intenção de uma empresa em instalar-se no Estado, conforme abordado anteriormente.

Apesar de já ter sido feitos comentários, retomamos a discussão do problema de a soja produzida no Estado não ser beneficiada pelo mesmo. Isso acarreta a ausência de comercialização de derivados do grão, além de não haver geração de emprego na industrialização dessa oleaginosa. Outro problema é a falta de agregação de valor ao produto soja, que é vendido apenas *in natura*. Se compararmos essa realidade com a definição de agronegócio feita por Davis e Goldberg (1957), veremos que o município também não o possui consolidado, no caso da soja.

Com relação ao abacaxi, ele é amplamente produzido pelos chacareiros do município para ser vendido nas feiras livres da cidade. Apesar da produção, o governo do Estado não reconhece a capital como centro produtor de abacaxi, colocando os municípios de Barrolândia, Miracema do Tocantins e Miranorte como centros da Cadeia Produtiva do Abacaxi, o que já foi comentado quando apresentados os pólos de desenvolvimento agrícola. Com isso, o fruto é vendido apenas nas feiras e *in-natura*, pois não existe nenhuma indústria processadora desse fruto na região e os supermercados da cidade preferem buscar seus frutos no CEASA da cidade de Goiânia, distante 870 Km. A razão disto é baixo preço da unidade nesse local, em comparação ao vendido na cidade, além dos produtores da região não terem disponibilidade nem condições de produzirem o ano todo, que é uma necessidade dos supermercadistas.

Já a mandioca tem um mercado certo na cidade e tem incentivo dos Governos do Estado e Municipal. O Secretário Estadual Roberto Sahium⁸ declarou sua intenção em promover o

consumo da mandioca na população do estado, com a incorporação de valor a este produto, através de produtos mais elaborados e um trabalho de reforço na imagem que este produto tem para os consumidores e produtores. Para este, ela *“é uma raiz que dá em qualquer canto, não precisa ser feita uma cultura específica para ela, pois em qualquer quintal se planta mandioca, e as pessoas não tem interesse na sua compra”*.

Como observa o secretário, *“em qualquer restaurante da cidade, seja ele chique ou não, se encontra qualquer refeição à base de mandioca, seja a farinha, ela frita, o quibebe, ou qualquer outro prato em que se utiliza a mandioca”*. Sua intenção é fazer um trabalho de marketing voltado para demonstrar os benefícios de se plantar mandioca e as vantagens dos produtos que dela derivam. Até fevereiro de 2006 não se observou avanço nessa intenção.

Além de a mandioca ser usada como alimento, também pode ser usada na indústria de medicamentos, que se utiliza a fécula da mandioca como veículo para alguns remédios, além da fabricação de farinha, já que alguns pequenos proprietários possuem casas de farinha em suas propriedades.

Outro produto encontrado na região é a cana-de-açúcar. Apesar de não haver tradição na cultura e nem indústrias para o processamento, foram encontrados 25 hectares de área plantados com essa cultura. Para o secretário Igor Avelino⁹, estes hectares não significam que possam existir vestígios de produção em grande escala dessa cultura, sendo o seu uso para alimentação de ruminantes durante o período de seca nas propriedades do município e não para fins comerciais.

Um fator que chamou a atenção durante a coleta de dados e a sua posterior análise, foi a falta de culturas irrigadas, mesmo com o Lago de Lageado¹⁰ bom dia, são 10 horas.... O que foi constatado é que não existem projetos de agricultura irrigada no município. O pouco que é irrigado está localizado nas associações de pequenos produtores que ficam à margem dos rios Taquarussú e Taquarussú Grande e são áreas de pequenas hortas. Não existem dados sobre a produção nessas hortas, o que dificultou o mapeamento do que é produzido pelas mesmas.

De acordo com a SEPLAN (2004), nos anos de 1997 a 2003 tem-se um ligeiro crescimento, até 1999, para depois apresentar um quadro de seguida involução da produção de leite na região. No período compreendido entre os anos de 1997 e 1999 observa-se um relativo crescimento na produção, de 1.440.000 litros para 1.606.000 litros, devido ao aumento da população de cabeças leiteiras na região e uma certa melhora na cotação do litro de leite. Entretanto, no ano de 2000, o preço do leite caiu muito e os produtores começaram a ter seus custos de produção aumentados. Um dos responsáveis pelo aumento destes custos de produção é a necessidade do envio do leite para Porto Nacional, a 60 km da cidade ou para Paraíso do Tocantins, a 85 km de Palmas, porque a capital, que possuía laticínios instalados até o ano de 2000, não possui nenhuma empresa para a compra deste produto. Tal dificuldade refletiu no aumento do rebanho de corte em relação ao rebanho leiteiro, com conseqüente queda de produção. Declínio maior ocorreu entre os anos de 2000 e 2003. Neste período houve uma queda mais acentuada da produção, de 1.296.000 litros para 718.000 litros. Nesse período, apenas os pequenos produtores mantiveram a criação de gado leiteiro, com pequena produção de queijos, leite para ser consumido e vendido *in natura* na cidade e para consumo próprio. A tabela 7 apresenta a situação da criação de animais na região, no período de 1997, 2000 e 2003.

Pela análise da tabela, observa-se que o rebanho para fins comerciais efetivo em 1997 era composto basicamente de bovinos, suínos e aves. Dentre estes, se destacavam o rebanho leiteiro e de corte além de frangos de granja e caipiras, que eram vendidos nas feiras livres da cidade. Em 2000 houve uma relativa mudança, com a queda de rebanho bovino e suíno, e uma crescente nas aves. Durante a realização da pesquisa, não existem informações oficiais acerca do que pode ter ocorrido no município, que levou ao aparecimento dessa diferença no período. A única informação que se obteve foi que, nessa época, muitos pecuaristas resolveram deixar os rebanhos, principalmente os bovinos de corte e leite, devido à falta de laticínios e frigoríficos na cidade.

Tabela 7

Efetivo de Rebanhos na região de Palmas (em cabeças) 1997-2003

Ano Criação	1997	2000	2003
Asininos	30	50	80
Muares	200	560	685
Caprinos	100	130	190
Aves	40.500	42.250	40.430
Ovinos	300	380	457
Bovinos	30.000	28.155	33.850
Suínos	2.600	2.470	3.300
Eqüinos	700	260	1.020
Bubalinos	-	-	17

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins - SEPLAN/DPI, 2004.
Org: PEDROSO DA SILVA, A. R, 2005.

Já em 2003, há novamente o crescimento da criação de bovinos e suínos, com uma pequena diminuição na criação de aves. Tal observação decorre do fato que, ao abrirem frigoríficos na região, volta-se a criar bovinos de corte e suínos para o abastecimento desses frigoríficos, porém, sem substituir a soja nos campos.

Durante a pesquisa constatou-se que a criação de bovinos de corte, suínos e aves é feita pelos grandes proprietários de terras. Nas pequenas propriedades predomina a atividade de gado de leite, asininos e muares, para ajudar na força de trabalho, ovinos e caprinos.

O rebanho de caprinos possui atualmente uma área do município dedicada a ele, como projeto do Governo Municipal. Nessa área foi criada a ASCABRAS – Associação dos Pequenos Produtores de Leite de Cabra, produzindo e industrializando o leite de cabra, apresentando uma certa produção comercial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio é uma atividade que ainda é incipiente no Estado do Tocantins. Essa afirmação foi evidenciada a partir da análise feita na área desse estudo. Falta de organização em produtores, falta de indústrias e processadoras, deficiências na área de logística e armazenamento, compõem as barreiras que o Estado precisará romper para consolidar-se na atividade.

Ressalta-se novamente que, apesar de toda a estrutura apresentada anteriormente, de acordo com Davis e Goldberg (1957), não se pode afirmar categoricamente que exista o agronegócio no Estado do Tocantins. A falta de organização dos produtores em cadeias, principalmente do modelo indicado por Morvan (1985), a falta de armazéns e de agroindústrias para o processamento dessa produção faz com que o Estado seja apenas agrícola.

Juntamente com o Estado, o município de Palmas também possui o agronegócio não consolidado. A presença de algumas associações melhores articuladas, como o caso da ASCABRAS, evidencia que os produtores do município já conseguem se organizar na direção da formação das cadeias de produção, como tanto se enfatizou usando os conceitos de Morvan (1985). Mas, assim como o Estado, o município também precisa evoluir em suas ações para conseguir consolidar a atividade.

Depois de analisada a situação do setor agropecuário no Estado do Tocantins, foi feita a análise da formação do município de Palmas e a estrutura fundiária e economia do meio rural do município, que é o local de estudo desta dissertação. O objetivo desta análise foi o de reconhecer a existência da atividade de agronegócio no município, seguindo as linhas de pensamento de Davis e Goldberg (1957) e Morvan (1985).

Reforça-se aqui que, apesar da estrutura de produção encontrada no município, assim como no Estado, de acordo com Davis e Goldberg (1957), não se pode afirmar que o agronegócio está consolidado no município e sim apenas dando seus primeiros passos. Portanto, chegou-se à conclusão que, tanto o Estado do Tocantins como o município de Palmas, não possuem o agronegócio consolidado, necessitando de melhorias em infra-estrutura e políticas voltadas para o crescimento da atividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M.J. **Fundamentos de Agronegócios**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____, LAGO DA SILVA, A. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001. pp. 23-63

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 2001. nº 43.

HADDAD, P. R. (org). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil**: estudo de clusters. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas históricas do Brasil**. volume 3 - Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Disponível em: www.ibge.gov.br. (capturado em 14 de junho de 2005)

_____. **Anuário Estatístico do Tocantins, 2000**. Rio de Janeiro: FIBGR/IBGE, 2000.

_____. **Censo Agropecuário 1995/96**. IBGE - Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: www.ibge.gov.br. (capturado em 23 de maio de 2005)

MEGIDO, J.L. T; XAVIER, C. **Marketing & Agribusiness**. São Paulo: Atlas, 1998.

MORVAN, Y. **Filière de Production, in fondaments d'economie industrielle**. Econômica. pp. 199-231, 1985.

ONU - FAO/INCRA. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: FAO/INCRA, 1996.

_____. **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil redescoberto**. Brasília: ONU – FAO/INCRA, 2000. Disponível em: www.incra.gov.br/fao. (capturado em 28 de outubro de 2005).

_____. **Análise diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: FAO/INCRA, 1999. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br/FAO/INCRA/. (capturado em 11 de fevereiro de 2005)

PORTER, M. **Estratégia Competitiva – Técnicas para Análises de Industrias e da concorrência**. São Paulo, 2001. Editora Campus.

STEFANELO, E. L. **Agronegócio Brasileiro**: propostas e tendências. Revista FAE BUSINESS, n.3, set. 2002. p. 10-13.

TOCANTINS (Estado). Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN). **Anuário**

Estatístico do Tocantins. Palmas, 2004. Disponível em: www.seplan.to.gov.br. (capturado em 12 de março de 2005)

_____. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAGRO). **Dados gerais sobre o Estado do Tocantins.** Palmas, 2004. Disponível em www.seagro.to.gov.br. (capturado em 10 de fevereiro de 2005).

_____. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAGRO). **Dados gerais sobre a produção agrícola do Estado do Tocantins.** Palmas, 2005. Disponível em www.seagro.to.gov.br. (capturado em 19 de setembro de 2005).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Data-UFT registra queda do desemprego em Palmas.** Disponível em: <http://www.noticias.uft.edu.br/site/ver.php?2009>. (capturado em 15 de setembro de 2005).

_____. **Estudo de viabilidade técnica e econômica da implantação do CEASA – TO.** Palmas – TO, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D, NEVES, M. F (org). **Economia e gestão de negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária e distribuição.** São Paulo: Pioneira, 2000.

_____. Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D, NEVES, M. F (org). **Economia e gestão de negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária e distribuição.** São Paulo: Pioneira, 2000. pp. 1-22.